

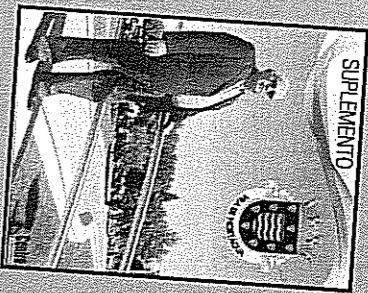
REABILITAÇÃO DE HABITAÇÕES É A NOSSA ESPECIALIDADE



**VishKobt**

Reconstrução & Interiores

[www.vishkobt.com](http://www.vishkobt.com)



UM JORNAL COMPLETO

pág. 02 > PRAÇA PÚBLICA  
pág. 06 > ABERTURA  
pág. 10 > A CONVERSA  
pág. 12 > REGIÃO  
pág. 16 > EDUCAÇÃO  
pág. 17 > ECONOMIA  
pág. 19 > SUPLEMENTO  
pág. 24 > DESPORTO  
pág. 30 > CULTURA  
pág. 32 > EM FOCO  
pág. 34 > SAÚDE  
pág. 37 > CLASSIFICADOS

# Journal do Centro

DIRETOR  
Paulo Neto

Semanário

15 a 21 de agosto de 2013

Art. 12

N.º 596

*Xéxx* *figura com*  
0,80 Euros *nova peça*

SEMANÁRIO DA

REGIÃO DE VISEU

Novo acordo ortográfico

Telefone: 232 437 461

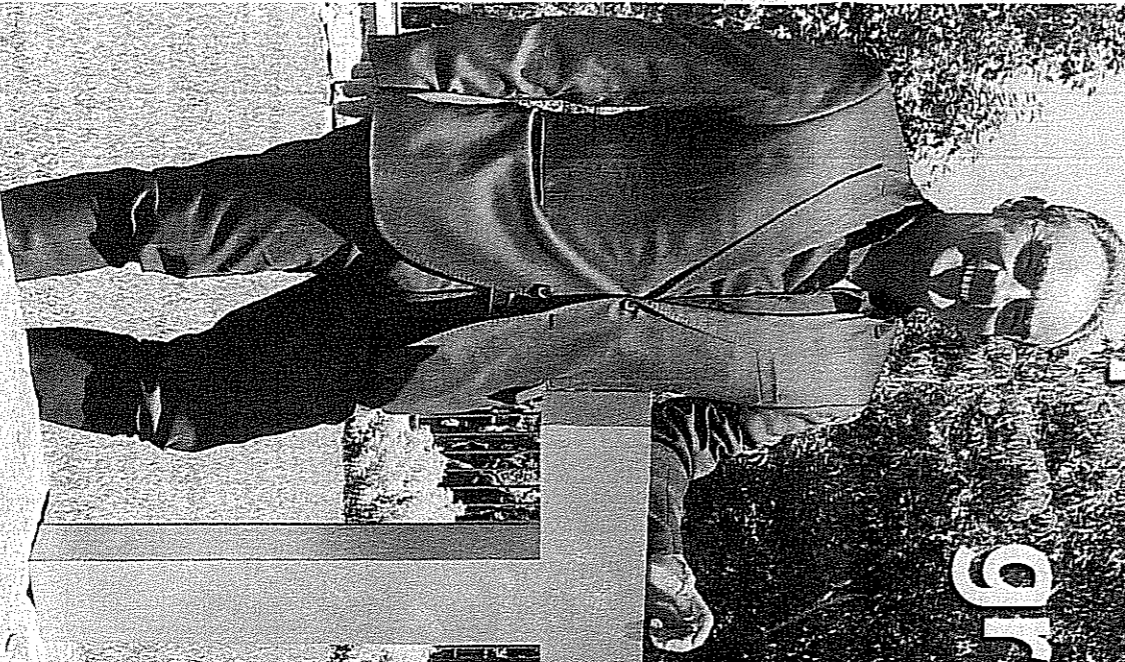
Avenida Alberto Sampaio

3030-132 VISEU

redacao@journaldo

journaldo

**“No nosso caso CIM Dão Lafões, os 14 Municípios formaram uma grande equipa e fizemos um bom trabalho para a Região”**



# UMA BOA NOVA

Carlos Marta, presidente da CIM Dão Lafões, em entrevista ao Journal do Centro | pags. 6, 7 e 8

 números

# 5500

É o número de manuais doados pelo banco municipal de livros escolares, projeto da Câmara Municipal de Viseu, a várias instituições.

 estrelas



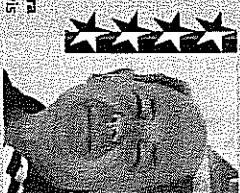
João Azevedo  
Presidente da Câmara Municipal de Mangualde

Viu este fim-de-semana ser lançada a primeira pedra, pelo Ministro Miguel Macedo, do quartel da GNR de Mangualde, num investimento superior a 1,6 milhões de euros.



António Calado  
Presidente da Junta de Freguesia de Faia - Sorrentinho

Com 34 anos de serviço público e muita obra feita, com a inauguração do Centro Interpretativo da Aldeia da Faia.



José Moreira  
Presidente da Exposição

Ao Prefazer a 621.ª edição da Feira de São Mateus dá mostras de uma vitalidade e renovação assinaláveis.

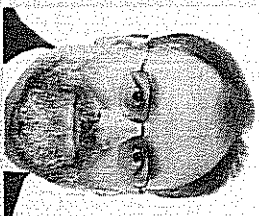
 Importa-se de responder?

## Qual a importância da Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões para a região?



João Lourenço  
Presidente da Câmara Municipal de Santa Comédia

A Comunidade Intermunicipal da Região Viseu Dão-Lafões, é, talvez, o melhor veículo para que a coesão territorial se concretize, respeitando as identidades de cada um dos concelhos que dela fazem parte. A possibilidade de planejar as estratégias comuns de desenvolvimento para a Região, é uma vantagem que a CIM - Viseu Dão Lafões proporciona, e que não pode ser desperdiçada. A gestão de uma parte do FEDER, tendo em vista o Quadro Comunitário 2014-2020, é outras das vantagens que permite um melhor aproveitamento dos fundos e a racionalização dos investimentos, devidamente enquadrados na estratégia comum do território.



Leonídio Monteiro  
Presidente da Câmara Municipal de Paredes do Castelo

Considero extremamente relevante o trabalho desempenhado pela Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões quer naquilo que respeita às candidaturas e aos apoios comunitários que têm sido geridos sob a sua alçada, quer também nas diversas atividades de formação profissional que tem sido levadas a cabo.

Também, num plano mais vasto, penso que a ação da CIM poderia ser ainda potenciada ao nível dos contactos com empresas como a EDP e PT o que traria uma massa crítica e uma maior dimensão a uma gestão que integra 14 municípios.



José Morgado  
Presidente da Câmara Municipal da Vila Nova de Paiva

Atento o bom trabalho desempenhado pela Comissão Executiva e respetivo Secretário, e visão proactiva da solidariedade de nos projectos supra municipais, hoje, a CIM Dão Lafões é uma Instituição de referência a nível regional e nacional. Desta forma, facilmente nos podemos aperceber que a sua importância é decisiva para o desenvolvimento regional e local de todas as populações envolvidas.

Com a CIM, a intermunicipalidade é, efetivamente, uma palavra que podemos usar com orgulho, sendo uma boa realidade com resultados provados e grandes perspetivas de futuro.



Adriano Azevedo  
Vice-presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul

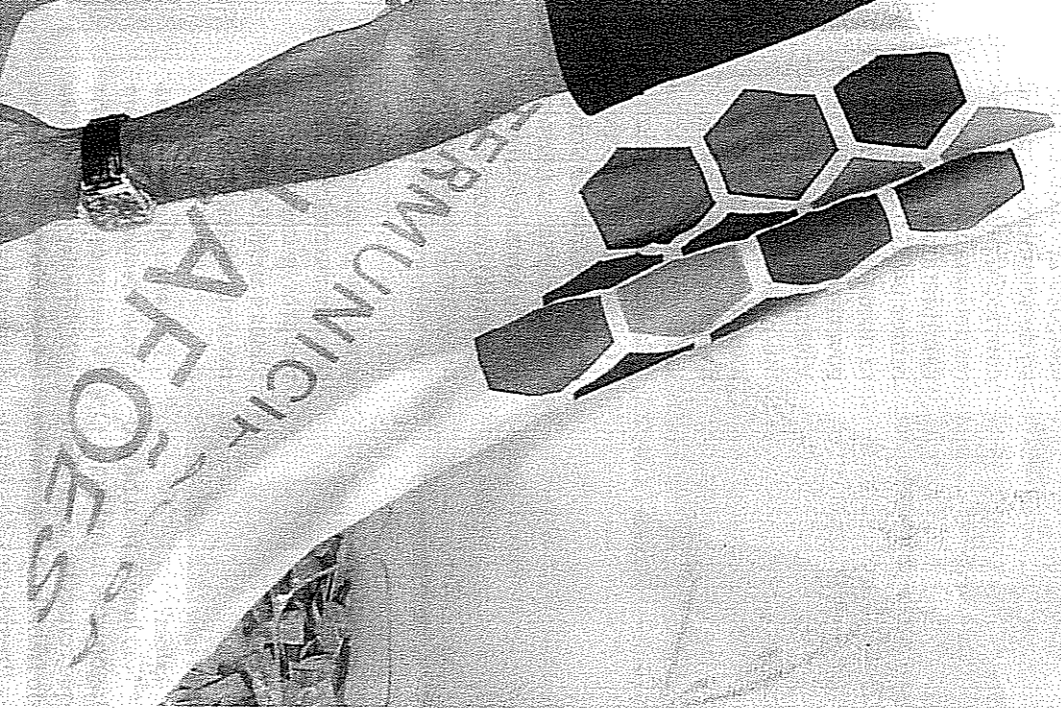
A Comunidade Intermunicipal da Região Viseu Dão-Lafões, aquela que é uma estrutura intermédia de associação de municípios, deve na minha ótica ver reforçadas as suas competências, poder de ação e organização administrativa na nova lei, de forma a garantir investimentos e uma gestão do território mais equilibrada e eficiente.

Também a atribuição de poderes adicionais na gestão do próximo QREN 2014/2020 e o reforço da sua componente de legitimidade democrática são vias que considero imprescindíveis para o seu futuro.



*O Semanário da Região de Viseu*  
**Para quando não consegue ler tudo em papel.  
Para quando não está na região.  
Para quando não consegue comprar. Para quando quiser...**  
*www.jornaldocentro.pt*





nício de Viseu votou a favor da sua proposta. Entendemos contudo e face à discussão havida, que havia condições para haver consenso em relação ao nome e por isso propusemos sem qualquer problema, que a CIM passasse a denominar-se CIM Viseu Dão Lafões, proposta que foi aprovada por unanimidade.

É importante dizer que esta denominação já vinha a ser utilizada pela Comunidade nos projetos da Rede Urbana de Inovação e Competitividade (RUCI), assim, como na promoção turística interna e externa no âmbito do projeto da Marca Dão Lafões.

A proposta de lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das comunidades intermunicipais foi aprovada a 30/07 em votação final global no parlamento, com os votos favoráveis da maioria PSD/CDS-PP.

Qual a importância desta proposta para o futuro das CIMs?

Por um lado a institucionalização de um quadro legal de funcionamento das CIMs e da sua importância como órgão intermédio de gestão, o que lhe vai permitir, repetir, aprovar projetos comunitários. Em 2º lugar a possibilidade de vir a receber competências e atribuições dos Municípios e do Governo Central e desta forma rentabilizar melhor os recursos logísticos, humanos e financeiros disponíveis.

Para os comunistas, esta lei vai contra “as autarquias e as populações e nega o direito ao desenvolvimento local”.

Para o BE, o acordo alcançado na semana passada entre o Governo e a ANMP e a ANAFRE sobre esta matéria “não merece o apoio da maioria dos municípios”.

A proposta do Governo, acrescentou, “não beneficia a autonomia do poder-local e não vem reforçar os meios e a capacidade de resposta dos municípios e das freguesias aos problemas sociais”.

O PSD destacou que a reforma do poder local já permitiu uma poupança de 1,1 mil milhões de euros, garantindo “mais rigor, mais equilíbrio e maior transparência nas

contas públicas”, que disse ser “uma marca distintiva que o Governo deixa”.

Quem tem razão?

Nesta matéria há e haverá sempre posições diferenciadas dos partidos políticos. Lembro que a atual Lei das Finanças Locais aprovada num governo de José Sócrates e cujo Ministro da tutela era apenas e só o Dr. António Costa

mereceu uma forte contestação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Anafre e sobretudo da generalidade dos Municípios Portugueses. Foi mesmo considerado por muitos uma má lei que colocava em causa a autonomia do poder local.

Estamos a atravessar um momento particularmente difícil e todos sabemos que muitas das atuais leis têm o “visto” e o “crivo” da TROIKA, o que torna a atuação do governo muito mais limitada.

Da minha parte direi que é a lei possível, tendo em conta a situação financeira, económica e social do país.

Quanto à reforma do Poder Local estive, estou e estarei contra a reforma das freguesias, exatamente porque se começou por reformar e a cortar nas instituições públicas que menos gastam ao Estado e que melhores serviços prestam aos cidadãos.

A mensagem principal de Carlos Marta enquanto presidente da CIM Viseu Dão Lafões mantém-se actual?

“No cenário actual de economia global, a competição entre as diferentes regiões ou cidades intensificou-se. Independentemente da área de negócio em que actuemos, o âmbito concorrencial é hoje mundial, não se resume à região, ou mesmo ao País. Face a este cenário, os decisores políticos têm de estabelecer estratégias de vanguarda que posicionem as cidades e regiões, numa posição privilegiada, face aos pressúmulos concorrentes. Temos, assim, entre mãos, a tarefa de concretizar políticas de competitividade regional mais exigentes, transformando a Dão Lafões numa região inovadora, empreendedora e competitiva. A constituição da CIMRDL – Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões – assentou exactamente numa visão de parceria estratégica intermunicipal, no sentido de dar resposta a estas novas realidades e capaz de promover e canalizar, no futuro, projectos estruturantes para a Região Dão Lafões.

Assim, temos como objectivo

promover os projectos de desenvolvimento dos municípios, inseridos numa lógica intermunicipal. De facto, nos próximos anos a disponibilidade de recursos financeiros (públicos e privados), no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, será muito selectiva pelo que se exige que a sua orientação seja feita para as questões estratégicas.

(...)  
Para implementar e alavancar esta estratégia, assume-se como de importância fulcral a contratualização de Fundos Comunitários que a CIMRDL assinou com o Programa Regional do Centro, ou seja, a capacidade real que foi dada a este organismo de gerir 70 milhões de euros destinados a apoiar investimentos considerados estratégicos para este território.”

Sem qualquer dúvida, a CIM Viseu Dão Lafões terá um papel relevante na estratégia a desenvolver no nosso território. Nesse sentido estamos a preparar um novo plano estratégico e plano de ação conseqüente, de forma que a Região possa ter os recursos necessários para o período de 2014/2020.

Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões

“A CIM Dão Lafões é uma associação de municípios de direito público, de natureza associativa e de âmbito territorial, que corresponde à Unidade Territorial estatística de nível III (NUT III), Dão Lafões da Região Centro, nos termos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto, sendo constituída pelos municípios de Aguilar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, São Pedro do Sul, Sátão, Santa Comba Dão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.”

Como se articulam os interesses destes 14 municípios?

A Região Dão Lafões tem muitas coisas em comum e afinidades culturais e históricas. Por isso fizemos um primeiro plano estratégico aquando da constituição da CIM e conseguimos um plano de ação que foi ao encontro dos objetivos e ambições da Região.

Depois de 29 de Setembro, quais serão as alterações da CIM Viseu Dão Lafões?

A CIM Viseu Dão Lafões como já referi anteriormente vai ter 4 órgãos independentes. O Secretariado Executivo Intermunicipal constituído por 3

personas, o Conselho Intermunicipal formado pelos Presidentes dos 14 Municípios, a Assembleia Intermunicipal com deputados eleitos nas Assembleias Municipais e um Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Municipal constituído por entidades e personalidades relevantes do território.

Concorde com a mudança de sede de Tondela para Viseu, pretendida pelo autarca Fernando Ruas? Qual a lógica deste desejo?

A discussão da localização da sede deveria ter sido no local próprio, ou seja, na Comissão Executiva e não na “praça pública”. A todo o tempo esse debate pode e deve ser feito e os 14 Municípios são soberanos na decisão. Agora não se pode é reivindicar permanentemente serviços públicos para Viseu com o argumento que devem sair dos grandes Centros e depois não perceber que os outros Municípios da Dão Lafões também têm o direito a ter serviços públicos descentralizados. Os Viseenses sabem por exemplo que em Coimbra estão os serviços de saúde, educação e de planeamento (CCDRCC), em Aveiro, de economia e de turismo e em Castelo Branco de agricultura. Em Viseu não existe qualquer serviço importante descentralizado de Estado. Factos são factos.

A CIM Viseu Dão Lafões tem sido prejudicada pelas tomadas de posição de Fernando Ruas?

Como lhe disse atrás as decisões e deliberações na Comissão Executiva são aprovadas ou reprovadas pelos 14 Presidentes de Câmara e depois muitas delas na Assembleia Intermunicipal que tem deputados de todos os partidos (BE, PS, CDS/PP e PSD), dos diferentes Municípios.

Orgulha-nos o facto de termos conseguido atrair o diálogo com todos, quer na Comissão Executiva, quer na Assembleia Intermunicipal, de 99% das decisões e deliberações terem sido aprovadas por unanimidade, o que significa trabalho, persistência, respeito, muito diálogo para

se tornou ela, entretanto, CIM Viseu Dão Lafões? Foi importante, esta mudança de nomenclatura? Como é de conhecimento público, as Comunidades Intermunicipais por imposição comunitária passaram a ser obrigadas a serem constituídas por pelo menos 5 Municípios e terem no mínimo 85.000 mil habitantes. Isso obrigou a vários ajustamentos nas CIMs da Região e nesse sentido foi realizado um grande debate entre os Municípios envolvidos. Por isso em alguns casos como por exemplo em Coimbra e Leiria houve adesão de novos Municípios e ao mesmo tempo foi feita a discussão de novas denominações. No nosso caso particular da Dão Lafões esse processo

não ocorreu, ou seja, mantiveram-se os 14 Municípios e portanto uma grande coesão territorial e em nenhum momento o nome da CIM foi objeto de discussão ou proposta de alteração.

Fomos por isso surpreendidos pela proposta da Câmara Municipal de Viseu, fora do tempo e de local de discussão, mas como era nossa obrigação convocámos uma reunião do Conselho Executivo extraordinária para a discussão da proposta em causa. Os Municípios foram claros na decisão: 13 Municípios votaram contra a proposta de Viseu da CIM Dão Lafões passar a chamar-se CIM da Região de Viseu, assim como a mudança da sede de Tondela para Viseu. Apenas o Mu-

